

# Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado

Flávio Azevedo Marques de Saes

**Como citar:** SAES, F. A, M. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 81-102. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p81-102>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA OBRA DE CELSO FURTADO

*Flávio Azevedo Marques de Saes<sup>1</sup>*

Subdesenvolvimento e desenvolvimento são temas centrais e recorrentes na obra de Celso Furtado. Por isso, uma avaliação ampla e rigorosa das várias perspectivas e das nuances que essas noções apresentam em seus mais de trinta livros e inúmeros artigos demandaria estudo profundo e alentado de vastíssima produção. Nosso objetivo é bem menos pretensioso: trata-se de propor uma leitura de alguns textos escolhidos, que nos parecem expressivos da visão de Furtado sobre os temas – subdesenvolvimento e desenvolvimento – embora não se pretenda com isso afirmar que as questões aqui abordadas sejam as únicas fundamentais no pensamento do autor.<sup>2</sup>

Celso Furtado, como intelectual e como homem público, tem sua imagem claramente associada ao chamado “desenvolvimentismo”: “Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil [...] Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista dos anos 50.” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 132).

---

<sup>1</sup> Departamento de Economia – FEA/USP

<sup>2</sup> Em vários textos mais recentes, Furtado aborda a relação entre cultura e desenvolvimento. Embora reconheçamos a importância que o autor atribui à cultura como vetor do desenvolvimento, faremos apenas uma pequena referência a este aspecto no final deste artigo.

Em que consistia o desenvolvimentismo? Embora o desenvolvimentismo não se tenha constituído como um pensamento perfeitamente definido, é possível distinguir alguns elementos que estariam presentes de forma mais freqüente em sua formulação:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão;
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 7)<sup>3</sup>.

Neste artigo, nosso foco é a primeira destas características do desenvolvimentismo – a industrialização como via de superação da pobreza – com base em pequeno conjunto de obras de Furtado, abrangendo mais de quarenta anos (de 1959 a 2002) de sua produção intelectual. Quanto a essa questão – industrialização como via de superação da pobreza - é usual identificar uma inflexão no pensamento de Furtado no final dos anos 60 e início dos 70. Creio que Carlos Lessa se situa nessa perspectiva quando afirma:

A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro. [...] A cronicidade da má distribuição de renda e riqueza, a desigual incorporação social, sua transposição para o interior urbano e metropolitano e a recorrência autoritária, na seqüela da industrialização, levaram Furtado a buscar noutros domínios a explicação para o atraso. (LESSA, 2005, p. 12).

Ao indicar uma ruptura entre a obra de juventude de Furtado e a de sua maturidade, Lessa sugere a exploração de aspectos situados “noutros

<sup>3</sup> Bielschowsky identifica três correntes no interior do “desenvolvimentismo”: a do setor privado, a do setor público não nacionalista e a do setor público nacionalista. As quatro características acima indicadas estariam presentes nas propostas dessas correntes, mesmo que com diferentes ênfases.

domínios” que vão bem além de nosso objetivo. De nossa parte, procuramos nas páginas seguintes identificar o desenvolvimentismo presente – ou não – na “obra de juventude” de Furtado e observar porque, na “obra de maturidade”, a industrialização deixa de ser vista como a via de superação do atraso e da pobreza. E, reiteramos, tudo isso com base num limitado conjunto das obras de Furtado.

### **1 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL (1959): UM TEXTO DESENVOLVIMENTISTA?**

Creio que quase todos os economistas brasileiros tiveram seu primeiro contato com o pensamento de Furtado pela leitura de *Formação econômica do Brasil*, obra escrita em 1957, durante a sua permanência na Universidade de Cambridge, publicada inicialmente em janeiro de 1959 (somando dezenas de edições) e que tem sido, desde então, leitura obrigatória nas disciplinas de história econômica do Brasil.

E parece-nos legítimo ler *Formação econômica do Brasil* na perspectiva “desenvolvimentista”, ou seja, na perspectiva de uma “economia de transição para um sistema industrial” (título da quinta parte do livro) e que estaria, portanto, no caminho do desenvolvimento, ou seja, na via da superação da pobreza e do atraso.

Uma leitura possível da obra pode identificar o processo pelo qual uma economia escravista voltada à exportação se transformou numa economia industrial cuja produção é dirigida ao mercado interno.

A longa análise da economia escravista, desenvolvida na segunda e na terceira parte do livro, indica a impossibilidade de ali ocorrer qualquer transformação substancial: o crescimento se fazia extensivamente e, no declínio, os fatores desocupados se abrigavam no extenso setor de subsistência. Essa característica é especialmente forte na economia açucareira: após um século de crescimento puramente extensivo (c.1550-1650), inicia-se, com a queda dos preços internacionais do produto, uma longa fase de declínio. Essa queda decorre da quebra do monopólio português com a introdução da cana-de-açúcar nas Antilhas. O declínio dos preços, porém, se reduz a lucratividade da empresa escravista açucareira, não impõe prejuízos, já que o custo monetário de produção é mínimo (pois terra e escravos já foram pagos previamente). Assim, a economia entra num processo de declínio secular,

marcada pela redução de sua capacidade produtiva (uma vez que muitos engenhos perdem a capacidade de reposição dos equipamentos desgastados e dos escravos que não podem mais trabalhar); no entanto, como ainda há lucro para uma parte dos engenhos, a produção continua. Os trabalhadores desempregados no setor açucareiro (manufatores assalariados do açúcar, carpinteiros, ferreiros, empregados do comércio, etc.) podem se abrigar no setor de subsistência. Assim se forma o “Complexo econômico nordestino”, uma conjugação do setor açucareiro do litoral com o de subsistência do sertão, cuja característica marcante é sua capacidade de expansão física e demográfica numa fase de declínio do setor exportador. Uma expansão marcada por acentuado declínio de produtividade, ou seja, o crescimento da pobreza. (FURTADO, 1959).

A economia escravista mineira, objeto da terceira parte do livro, apresenta algo de novo: a intensa imigração portuguesa para a região das minas ampliou a presença do trabalhador livre, embora a base da economia ainda fosse escravista. Nessa sociedade, em que a distribuição de renda é menos desigual, teria surgido um embrião de mercado interno; no entanto, esse mercado interno, relativamente protegido pelas condições naturais da região mineira – montanhosa e distante do litoral numa época em que o meio de transporte básico era a tropa de mula – não deu origem a uma produção manufatureira expressiva. Furtado atribui a ausência da manufatura nas minas à falta de conhecimento técnico do imigrante português do século XVIII. (FURTADO, 1959).

Mas o século XIX reserva a transformação fundamental: na expansão da economia cafeeira no sudeste, e findo o tráfico de escravos, verifica-se crescente escassez de mão-de-obra, superada afinal pela imigração, em especial a italiana. O século XIX, objeto da quarta parte do livro, trata da “Economia de transição para o trabalho assalariado”, pois os imigrantes do café trabalhavam num regime identificado por Furtado como de trabalho assalariado. Os salários pagos no setor exportador cafeeiro surgem como o núcleo de uma economia de mercado interno ao articularem a demanda por eles originada com a produção do setor de subsistência. A expansão dessa economia de mercado interno produz pelo menos dois efeitos que merecem destaque: por um lado, há um aumento da produtividade da economia pelo melhor aproveitamento dos fatores do setor de subsistência e também pela eventual transferência de uma parte

desses fatores para o setor exportador; por outro, na economia de mercado interno surge a tendência ao desequilíbrio externo, fruto do impacto das crises externas sobre a economia brasileira. Diversamente do que ocorria na economia escravista, na economia de trabalho assalariado as crises externas geram reações no sentido de redistribuir as perdas delas decorrentes. A desvalorização da moeda nacional, embora resultado do funcionamento do mercado livre de câmbio, é um primeiro mecanismo de “socialização das perdas”; as operações de valorização do café, realizadas a partir de 1906, também têm o objetivo de garantir a rentabilidade do setor cafeeiro diante não apenas da crise externa, mas também da superprodução inerente a esse tipo de produto tropical. E é a combinação de uma crise externa (a quebra da bolsa de Nova Iorque e a Grande Depressão dos anos trinta) com a superprodução de café que provoca o “Deslocamento do centro dinâmico” (título do capítulo XXXII de *Formação econômica do Brasil*) da economia brasileira na década de 1930, passo essencial para a transição para uma economia industrial. A política de compra do excedente da produção cafeeira pelo governo com recursos derivados da expansão do crédito foi o mecanismo fundamental para levar ao deslocamento do centro dinâmico ao manter o nível de renda da economia de mercado interno ao tempo em que se verificava substancial desvalorização da moeda nacional.

O centro dinâmico, antes situado na demanda externa para os produtos de exportação, passa a localizar-se na demanda do mercado interno ou, mais precisamente, no investimento na indústria manufatureira voltada ao mercado interno. Ou seja, a indústria passa a ser o “motor” da economia brasileira. Desse modo, o nível de produto, de renda, de emprego e a taxa de investimento (e, portanto, o ritmo de crescimento) passam a depender fundamentalmente de variáveis endógenas, e não mais da demanda externa (embora a receita de exportações representasse um limite ao investimento na medida em que as máquinas, equipamentos e insumos ainda eram, em grande parte, importados).

É certo que os capítulos finais de *Formação econômica do Brasil* apontavam algumas dificuldades a enfrentar na continuidade do processo de industrialização: o desequilíbrio externo, a inflação, os desequilíbrios regionais. Mas a própria industrialização parecia ser suficiente para resolver o desequilíbrio externo e para reduzir as pressões inflacionárias, pois ela se encaminhava na direção da indústria pesada e de bens de capital, reduzindo

as pressões sobre o setor externo da economia. E mesmo os profundos desequilíbrios regionais pareciam ser passíveis de solução por uma adequada intervenção do Estado. E nós, acostumados a identificar desenvolvimento com industrialização, víamos no deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira – quer dizer, na industrialização voltada ao mercado interno - o elemento fundamental que conduziria ao desenvolvimento (mesmo que não nos fosse absolutamente claro o que era esse desenvolvimento). Essa era uma leitura “desenvolvimentista” que nos parecia possível e plausível em *Formação econômica do Brasil* ao identificar industrialização com desenvolvimento, ou seja, com a superação do atraso e da pobreza.

A impressão de um país no rumo do desenvolvimento era reforçada na obra *A pré-revolução brasileira*, publicada em 1962, em especial em seu último capítulo “A economia brasileira na metade do século XX”. Após sintetizar as transformações por que passou a economia brasileira desde a época colonial e lembrar algumas ações fundamentais ocorridas nos anos cinquenta – como a consolidação da siderurgia, o progresso da produção nacional de combustíveis líquidos e o avanço da produção de equipamentos, concluía num trecho que transcrevemos longamente:

Ao iniciar-se o decênio dos sessenta, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional se firmava em nosso próprio mercado interno e que seu centro de decisões tinha suas raízes na vida nacional, como também estávamos capacitados para efetivar uma política de desenvolvimento. A autonomia que se vem alcançando nos três setores básicos referidos – metais industriais, combustíveis líquidos e equipamentos – reduz, dia a dia, a importância estratégica da capacidade para importar. Na medida em que isso ocorra, aumentará a flexibilidade de todo o sistema econômico, encerrando-se a etapa das pressões inflacionárias incontíveis. Já não existirá a dicotomia entre crescimento com inflação ou estagnação, pois os dois vetores do processo de formação de capital – a poupança e o investimento – poderão ser disciplinados mediante decisões internas que não se traduzam, necessariamente, em redução do ritmo de crescimento econômico. Em síntese, o Brasil, ao iniciar-se a sétima década do século, encontra-se no umbral de sua transmutação em nação industrial. Trinta anos de profundas transformações fizeram de uma simples constelação de economias periféricas do mercado mundial, com a dinâmica típica de um sistema colonial, uma economia industrial cujo processo de crescimento se traduz em diferenciação crescente, a níveis mais altos de produtividade, de uma estrutura cada vez mais complexa. (FURTADO, 1962, p. 114).

Mais uma vez, era possível uma leitura “desenvolvimentista” dos textos de Furtado, no sentido de que a progressiva industrialização da economia brasileira a conduziria ao desenvolvimento, ou seja, à superação do atraso e da pobreza.<sup>4</sup>

No entanto, em depoimento realizado em 2004 para o documentário “O longo amanhecer”<sup>5</sup>, Furtado afirma que *Formação econômica do Brasil* era inconclusivo. E como Furtado explica esse caráter inconclusivo de *Formação*? Afirma ele, no documentário, que já havia, então, chegado à conclusão de que o modelo de desenvolvimento brasileiro não permitiria a superação do subdesenvolvimento. No entanto, apresentar essa conclusão de forma ostensiva poderia neutralizar ações que se desenhavam em direções desejáveis. Por entender que o conhecimento deve servir à ação, não teria sentido ressaltar uma conclusão que colocaria em questão qualquer mudança que visasse, ainda que parcialmente, minorar a pobreza de populações miseráveis. Por exemplo (e o exemplo é meu, não de Furtado), uma conclusão dessa ordem poderia arrefecer os programas da SUDENE, já que a proposta de industrialização do Nordeste, diria a análise de Furtado, não seria suficiente para resolver o problema do subdesenvolvimento. Em suma, a conclusão rigorosa da análise poderia ser inconveniente do ponto de vista político.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Em *A pré-revolução brasileira*, outro aspecto desse processo ganha relevo: trata-se da “conquista dos centros de decisão”, antes controlados externamente, e que pelo deslocamento do centro dinâmico e pela autonomia de alguns setores básicos da produção industrial, passaram a ser controlados internamente. Isto remete ao tema da “nação”, outro tema importante na obra de Furtado, ao qual não faremos referência no texto.

<sup>5</sup> “O longo amanhecer: uma cinebiografia de Celso Furtado” é um documentário realizado por José Mariani, concluído em 2006 e exibido até agora (dezembro de 2006) em algumas universidades. Além de uma longa entrevista do Furtado (editada para sua inclusão no filme), Mariani colheu depoimentos de outros economistas como Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello e Ricardo Bielschowsky, inserindo-os entre imagens da vida de Furtado e da história brasileira. Evidentemente, por se tratar de um depoimento editado pelo realizador do filme, e não de um texto publicado, o risco de uma interpretação incorreta de nossa parte é relativamente grande. No entanto, quanto à referência aqui utilizada, acreditamos ter sido bastante fiel ao exposto por Furtado. Em sua entrevista, Furtado chega mesmo a afirmar que, por uma conclusão que sugerisse a reprodução do subdesenvolvimento, ele corria o risco de ser taxado de esquerdista, marxista ou comunista, restringindo sua possibilidade de ação na esfera política e de gestão pública.

<sup>6</sup> Num comentário, Maria da Conceição Tavares ressalta o duplo caráter da ação de Furtado: como pensador, analisava a realidade de forma radical, porém como homem público estava sempre pronto a conversar e negociar tendo em vista chegar ao melhor resultado possível. Por seu lado, Francisco de Oliveira lembra a influência do pensamento de Karl Manheim sobre Furtado, pensamento que ressaltava a importância do conhecimento para orientar a ação.

Até que ponto é possível identificar essa crítica implícita ao “desenvolvimentismo” na “obra de juventude” de Furtado?

Lidas sob essa perspectiva, as páginas finais de *Formação econômica do Brasil* nos sugerem a dúvida de Furtado sobre o sucesso da industrialização para a superação do atraso da economia brasileira. Ao analisar as “Perspectivas dos próximos decênios” (título do capítulo XXXVI da obra), Furtado reitera a noção de que a dinâmica da economia brasileira dependia crescentemente do mercado interno. É certo que uma queda da demanda externa afetaria ainda (nos anos 50) o ritmo de crescimento da economia (ao limitar as importações de equipamentos necessários à concretização do investimento); porém, esse impacto seria cada vez menor com a expansão da indústria de bens de capital. Por outro lado, registra problemas decorrentes da integração, ainda que limitada, das diferentes regiões do país na primeira metade do século XX. Com a industrialização do Sudeste, as produções antes exportadas pelo Nordeste e pela Amazônia se dirigiram para aquele mercado, ocorrendo paralelamente o aumento da disparidade dos níveis regionais de renda. Ao considerar a concentração regional de renda inerente aos processos de desenvolvimento, Furtado afirmava que o rápido desenvolvimento de uma região não implicava necessariamente no declínio de outras. Assim,

A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. (FURTADO, 1959, p. 278).

Desse modo, ao mesmo tempo, Furtado isentava a indústria do Sudeste da suspeita de “exploração” do nordeste e sugeria necessidade de alterar as “formas de produção e utilização dos recursos” do nordeste. Porém, ao avaliar as possibilidades de crescimento da economia brasileira na segunda metade do século XX – admitindo que a renda per capita passasse a crescer a 2% ao ano no longo prazo (contra 1,6 % do período anterior), Furtado estimava que se alcançaria o nível de 620 dólares ao final do século. E concluía: “Sendo assim, o Brasil por essa época ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre

o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais” (FURTADO, 1959, p. 280).<sup>7</sup>

Esta conclusão, um tanto reticente e lacônica, sugere as dúvidas de Furtado em relação ao “desenvolvimento” da economia brasileira na segunda metade do século XX, com base no processo de industrialização.

Igualmente expressivo é o último tópico do último capítulo de *A pré-revolução brasileira*, sintomaticamente denominado “O futuro como opção” (e não como destino). Ainda uma vez, vale reproduzir as palavras de Furtado:

As profundas modificações econômicas ocorridas em nosso país têm uma significação particular para esta geração. Elas nos armaram de um poder sobre o nosso destino que implica um desafio e uma responsabilidade [...]. A nossa economia já não é comandada de fora para dentro, obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente. Temos em nossas mãos os instrumentos de autodeterminação que até há pouco eram apanágio de uns quantos povos privilegiados [...]. Estamos em face de um desafio, cuja grandeza só é percebida por aqueles que têm intuição das potencialidades deste imenso país. Senhores de nosso próprio destino, poderemos optar entre consolidar as vitórias alcançadas, fechando-nos dentro da fronteira tradicional que nos legou a economia colonial, e empreender a conquista desse imenso legado territorial que hoje constitui o maior deserto econômico habitável da Terra. (FURTADO, 1962, p. 115).

Também aqui, o futuro do país aparece como uma possibilidade e não como resultado inevitável do processo de industrialização que já avançara bastante, como Furtado reconhecia nesse mesmo capítulo de *A pré-revolução brasileira*.

Mas é em outro texto de sua “obra de juventude” que Furtado formulava, de modo mais sistemático, as limitações do

---

<sup>7</sup> A estimativa de Furtado certamente comporta desvios em relação ao que efetivamente ocorreu. Por exemplo, admitia, com base nas taxas de crescimento demográfico da época, que o Brasil teria 225 milhões de habitantes no ano 2000. Por outro lado, é provável que a taxa de crescimento da renda per capita não tenha, em média, sido de 2% ao ano, se considerarmos as “décadas perdidas”. Assim, é provável que sua estimativa da renda per capita de 620 dólares não esteja muito longe da realidade, feita a devida correção desse valor pela inflação norte-americana no período. Independente de a estimativa quantitativa estar correta ou não, parece razoável admitir que sua conclusão qualitativa corresponde à realidade brasileira do ano 2000.

“desenvolvimentismo”, ou melhor, da industrialização como caminho de superação do atraso e da pobreza. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961, consolida reflexões teóricas elaboradas pelo autor ao longo dos anos cinquenta. Ao analisar as características do processo de industrialização brasileiro, à luz da experiência dos países desenvolvidos, Furtado apontava algumas distorções inerentes a esse processo:

[...] o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil, que se assemelhou inicialmente ao americano, veio a parecer-se mais e mais ao europeu da primeira metade do século XIX, à medida que o próprio país se industrializava e adquiria fluidez o seu mercado de trabalho. A conseqüência prática de tal situação foi que os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente. Tal tendência foi reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu em toda a primeira metade do século XX, orientada no sentido de poupar mão-de-obra. Encontramo-nos, assim, em face de uma situação em que convergem uma oferta totalmente elástica de mão-de-obra e uma tecnologia que poupa mão-de-obra. Ora, se os salários reais se mantiveram de maneira geral estáveis, no decorrer dos últimos decênios, o mesmo tendo ocorrido na agricultura conforme indicaremos mais adiante – é que os benefícios da elevação da produtividade foram absorvidos pelos lucros. Parte desses benefícios terá sido chamada a si pelo Poder Público, cujas responsabilidades sociais aumentaram. Contudo, não há como desconhecer que o grupo empresarial absorveu uma parcela crescente do produto, o que explica a elevada taxa de inversão do setor privado no Brasil. (FURTADO, 1961, p. 257).

Esta conclusão antecipa o essencial do que mais tarde foi identificado como a industrialização subdesenvolvida (ou o subdesenvolvimento industrializado); ou seja, a industrialização avançou substancialmente na periferia, porém foi incapaz de distribuir seus frutos – ou seja, os ganhos de produtividade - pela massa dos trabalhadores por meio de salários mais elevados. Em suma, a industrialização não promoveu o desenvolvimento, frustrando as expectativas “desenvolvimentistas” que, como procuramos mostrar, Furtado já colocava em questão em plena era do “desenvolvimentismo”.

## **2 OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO EM FURTADO**

Embora possamos encontrar formulações distintas das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento na obra de Furtado, parece-nos

que no essencial sua visão se mantém, em especial ao ressaltar o caráter histórico do subdesenvolvimento, recusando as chamadas teorias das etapas do desenvolvimento.<sup>8</sup>

Em que consiste o desenvolvimento? Seu elemento essencial é a inovação técnica que permite o aumento de produtividade por meio de processos produtivos mais eficientes; adicionalmente, condição necessária para o desenvolvimento é a acumulação de capital. Porém, esses dados, que garantiriam o crescimento do produto e da renda per capita, não são suficientes para garantir o desenvolvimento. Por isso

As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Esta última não se deu desde o começo da industrialização capitalista. Mas, alcançado certo nível de acumulação, ela se fez inerente ao processo de desenvolvimento. (FURTADO, 1992, p. 39).<sup>9</sup>

É certo que mesmo estas noções simples não estão isentas de dificuldades. O próprio Furtado ressaltava as ambigüidades presentes nos sentidos de desenvolvimento mais comumente utilizados: o do aumento da eficácia de um sistema social de produção (por meio da acumulação e da inovação técnica que aumenta a produtividade da força de trabalho) e do grau de satisfação das necessidades humanas. No primeiro caso, “eficácia e produtividade são evidentemente ambíguos quando se lida com sistemas sociais de produção, cujos *inputs* e *outputs* são heterogêneos e se modificam com o tempo”; no segundo caso, embora seja possível identificar as

---

<sup>8</sup> A mais influente teoria etapista do desenvolvimento foi a proposta por Walt W. Rostow no livro *As etapas do desenvolvimento econômico* (publicado em 1960 pela Cambridge University Press e, em tradução, no ano seguinte por Zahar Editores). Sua proposta é de que todas as sociedades deveriam passar pelas mesmas etapas, partindo da sociedade tradicional e chegando à era do consumo em massa. Assim, as sociedades atrasadas reproduziriam o caminho das sociedades avançadas, com a promessa de chegar à sociedade de consumo em massa. O subtítulo de sua obra – Um manifesto não comunista – indicava que o caminho ideal (embora não único) para se chegar ao consumo em massa era o do capitalismo.

<sup>9</sup> Furtado explica que “O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38).

necessidades humanas elementares, a ambigüidade se torna evidente, pois “a idéia mesma de necessidade humana, quando não relacionada ao essencial, tende a perder nitidez fora de determinado contexto cultural.” (FURTADO, 2000, p. 21-22).

Apesar dessas ambigüidades, parece razoável considerar que o desenvolvimento ocorre por meio da inovação técnica, que permite o aumento da produtividade, e da acumulação de capital, conduzindo à homogeneização social.

E o subdesenvolvimento?

A noção fundamental já está presente em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e foi mais elaborada em várias obras posteriores. O subdesenvolvimento não é uma etapa em direção ao desenvolvimento que possa ser compreendido com base em um sistema fechado, sem considerar suas relações externas. Ao contrário, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do capitalismo industrial.

Suas características são facilmente perceptíveis: “grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas etc.” (FURTADO, 1974, p. 95).

E mais importante: diversamente do que muitos esperavam, o subdesenvolvimento não pôde ser superado pela industrialização. Esta avançou substancialmente em muitas sociedades e, no entanto, o subdesenvolvimento – identificado pelas características acima – permanece. Esta é a questão que nos remete de volta ao “desenvolvimentismo”: por que a industrialização foi incapaz de superar o atraso e a pobreza, ou seja, de superar o subdesenvolvimento?

### **3 A ARMADILHA HISTÓRICA DO SUBDESENVOLVIMENTO**

Este é o título de um dos capítulos de *Brasil, a construção interrompida* e que, entendemos, sintetiza o argumento de Furtado que pretendemos expor: ou seja, o subdesenvolvimento, enquanto expressão da forma de integração de economias periféricas no capitalismo mundial, implica no risco de se cair numa armadilha que impede a superação do

subdesenvolvimento, mesmo quando suas economias sofrem profundas mudanças (passando, por exemplo, de primário-exportadoras para industriais).

Convém lembrar, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão mundial do capitalismo industrial, quer dizer um fenômeno que se define a partir da Revolução Industrial. O progresso técnico contínuo e o aumento de produtividade gerado nas economias capitalistas adiantadas – economias centrais – não se difundem igualmente por todos os espaços da economia mundial. Na verdade, o progresso técnico pode ser observado sob duas formas distintas: primeiro, por meio de processos produtivos mais eficazes, identificados, em geral, pelo aumento da produtividade do trabalho<sup>10</sup>; depois, por meio de novos produtos que passam a fazer parte da cesta de consumo de algumas parcelas da população.

Quando nos referimos ao progresso técnico, o que nos vem de imediato à mente são novos processos produtivos (a máquina na revolução industrial; a introdução da eletricidade como fonte de energia, a microeletrônica e os robôs, etc.); No entanto, novos produtos também resultam de inovações técnicas e tem importante impacto sobre a economia e a sociedade (basta lembrar o rádio, a televisão, a geladeira, o automóvel, o microcomputador, etc.).

Nos países centrais, essas duas formas de progresso técnico estão associadas. Novos processos produtivos geram o aumento de produtividade – e, portanto, da renda – que permite o acesso aos novos produtos.

Nas economias periféricas, o progresso técnico pode penetrar sob a forma de novos produtos, independente de ter ocorrido alguma mudança nos processos produtivos. Considerando economias primário-exportadoras, a eventual abertura de mercado para um de seus produtos ou a elevação de seu preço gera um aumento de renda sem que tenha ocorrido qualquer mudança produtiva importante.<sup>11</sup> Tomemos o caso do Brasil: de meados

---

<sup>10</sup> Relembramos a ressalva de Furtado quanto à ambigüidade de se considerar um processo produtivo mais eficaz do que outro.

<sup>11</sup> Algumas inovações foram introduzidas na esfera do transporte, em especial a estrada de ferro, o que facilitou a integração da economia cafeeira com a economia mundial. Já na esfera propriamente produtiva não se observou uma revolução tecnológica expressiva.

aos fins do século XIX, dois produtos primários – o café e a borracha – sofrem enorme valorização no mercado internacional, propiciando aumento das exportações com preços elevados. Os ganhos crescentes nessas atividades propiciaram lucros elevados, em grande parte concentrados nas mãos dos proprietários. Esse aumento da renda permitiu que os grupos de proprietários incorporassem, ao seu padrão de consumo, novos produtos (e também serviços) que eram gerados nas economias centrais. Assim, sem que houvesse progresso técnico expressivo, parcelas da população passavam a ostentar padrões de consumo dos países centrais naquilo que Furtado denominou *modernização*: “Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81).

A manutenção desse padrão de consumo, inclusive com a incorporação das inovações mais recentes, tende a provocar crescente pressão para ampliar o excedente a fim de que a parcela que se beneficia desse consumo possa adquirir os novos bens.

O processo de modernização se torna mais importante quando os países subdesenvolvidos ingressam no processo de industrialização. Após uma primeira fase, em que predominam indústrias produtoras de bens simples (consumidos pela massa da população), envereda-se para a produção dos bens consumidos pelos grupos modernizados, cuja demanda é muito mais dinâmica do que a dos bens simples. Porém, para essa produção,

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho. (FURTADO, 1974, p. 82).

Esta é, em essência, a armadilha histórica do subdesenvolvimento. O processo de industrialização, que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma forma. Para Furtado, isso ocorre porque o progresso técnico, neste caso, penetra por meio dos novos produtos, ou seja, por meio da modernização, sendo incapaz de produzir a homogeneização social.

Se este é o mecanismo básico que leva à armadilha do subdesenvolvimento, a continuidade do processo de industrialização reforça seus efeitos concentradores de renda. A dependência cultural dos grupos de altas rendas demanda a contínua renovação dos produtos disponíveis para seu consumo. Se, de um lado, isto gera pressões para a ampliação do excedente à sua disposição (reforçando a tendência à concentração da renda), por outro exige a constante adaptação do setor produtivo às técnicas necessárias para a produção dos bens que resultam das inovações nos países centrais. Estas técnicas, como já indicado, são poupadoras de mão-de-obra, impedindo a absorção do excedente populacional pela indústria e a elevação dos salários. Além disso, nas empresas “modernizadas”, prevalecem alguns empregos (na área gerencial e técnica) com remunerações elevadas, ampliando o estrato social interessado no processo de modernização.<sup>12</sup>

Mas a dependência, que primeiro se manifesta como um fenômeno cultural ao condicionar os padrões de consumo, também se insere na esfera produtiva<sup>13</sup>. A necessidade de constante renovação das técnicas para adaptá-las à produção dos novos bens exige a importação da tecnologia gerada nos países centrais. Às empresas nacionais, esta tecnologia tem um custo representado pelos *royalties* a serem pagos aos detentores dessas técnicas. Às empresas estrangeiras, essas tecnologias têm custo mínimo ou mesmo zero,

---

<sup>12</sup> Para Furtado, o acesso da classe trabalhadora dos países centrais a bens típicos do consumo das elites provocou a erosão de sua autonomia cultural, com implicações na esfera política: “O acesso da massa trabalhadora a formas de consumo antes privativas das classes que se apropriam do excedente, criou para aquela um horizonte de expectativas que condicionaria o seu comportamento no sentido de ver, na confrontação de classes, mais do que um antagonismo irreduzível, uma série de operações táticas em que os interesses comuns não devem ser perdidos de vista” (FURTADO, 1974, p. 85). Cabe indagar em que medida isto não estaria ocorrendo também nos países periféricos, em especial no período mais recente.

<sup>13</sup> Sobre a noção de dependência, diz Furtado: “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência”. (FURTADO, 1974, p. 87).

pois, por sua utilização por vários anos nos países de origem, seu custo já teria sido totalmente depreciado (sem esquecer que, por vezes, as próprias máquinas enviadas às filiais já tinham sido depreciadas por seu uso nas matrizes).

A instalação de firmas multinacionais na periferia reforça a modernização das elites já que, da parte dessas empresas, há interesse em renovar com frequência os padrões de consumo em vigor para introduzir os frutos das inovações geradas nas matrizes. Como resultado, o avanço da industrialização fundada na produção dos bens que resultam da inovação nos países centrais aprofunda a tendência à concentração da renda, tornando mais fortes as redes da armadilha do subdesenvolvimento. E, ao mesmo tempo, tornam mais forte a resistência política às mudanças que conduziriam à homogeneização social porque elas inevitavelmente implicam em mudar o padrão de consumo e o estilo de vida de grupos influentes na sociedade (e, para tanto, o perfil da distribuição de renda).

Em suma, na visão de Furtado, a partir da modernização – ou seja, da absorção do progresso técnico por meio da introdução de novos produtos no padrão de consumo dos países periféricos – é possível ocorrer a industrialização; porém, essa industrialização, induzida pela modernização, acaba por reafirmar o subdesenvolvimento no sentido de ser incapaz de produzir a homogeneização social. No fundo desse processo há

[...] um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento. (FURTADO, 1992, p. 41-42).

#### **4 A SUPERACÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO**

Se o desenvolvimento não era o destino necessário dos países periféricos que avançavam rumo à industrialização, o subdesenvolvimento não é também o caminho inevitável de todos os países periféricos. Os exemplos históricos que Furtado levanta permitem identificar aspectos cruciais para a superação do subdesenvolvimento (e também alguns de

seus limites). *Em Brasil, a construção interrompida* três casos são analisados: China, Coreia do Sul e Taiwan. Nos três casos, o peculiar é a promoção da homogeneização social antes que se iniciasse alguma ação no sentido do aumento da produtividade da economia (na agricultura ou via industrialização).

O caso da China é extremo: a homogeneização social foi promovida por um processo revolucionário que, paralelamente, fechou a economia do país a influências externas para evitar a adoção de padrões de consumo incompatíveis com o grau de riqueza do país. O excedente não consumido foi canalizado para a expansão das forças produtivas em setores básicos por meio de planejamento centralizado. Concluídos esses projetos, passou-se a uma fase em que era preciso coordenar as ações de milhões de unidades produtivas, limitando a eficácia de um planejamento centralizado. A introdução de algumas relações de mercado tende a afetar a absoluta homogeneidade social previamente estabelecida, exigindo controles mais rígidos, inclusive para manter o isolamento externo (o que se torna cada vez mais difícil). Nas décadas finais do século XX presenciaram-se substanciais mudanças na economia chinesa, trazendo à tona duas questões claramente propostas por Furtado em seu texto de 1992:

- A China jamais poderá reproduzir os padrões de consumo das nações industrializadas dado o tamanho de sua população e o seu custo em termos de utilização de recursos não-renováveis;
- Enquanto não se desenvolverem tecnologias menos destruidoras do meio ambiente, a China terá de optar entre a homogeneidade social e níveis modestos de consumo e uma acentuada desigualdade social e regional (FURTADO, 1992, p. 49).

Certamente, o desenvolvimento recente da China aponta, de modo bastante agudo, para estes dilemas identificados por Furtado .

Estas observações transcendem o caso chinês, pois apontam que a era do consumo em massa (das etapas do desenvolvimento de Rostow) não é para todos. Não é para todos os países porque seu impacto seria absolutamente deletério: os recursos naturais seriam dissipados rapidamente e o meio ambiente literalmente destruído. E, dentro de um país periférico, não é para toda a população: evidentemente, num país com renda per-

capita de 3.000 dólares, apenas uma pequena parcela da população poderá usufruir de um padrão de consumo típico de um país cuja renda per capita é de 30.000 dólares. Para tanto, a renda média do restante da população deverá ser substancialmente reduzida, impedindo, desse modo, a homogeneização social.

No caso de Coréia do Sul e Taiwan, a homogeneização social também precedeu o desenvolvimento industrial. Ocupados pelo Japão até o fim da Segunda Guerra Mundial, estes países promoveram significativa redistribuição da riqueza ao recuperarem sua independência (em grande parte com base na reforma agrária sobre as terras dos colonizadores). Além disso, a proximidade da China e da Coréia do Norte tornava a ameaça de uma revolução bastante presente, exigindo ações no sentido de melhorar o padrão de vida da população. Nesses países, o Estado assumiu papel fundamental na promoção do desenvolvimento: educação como complemento à homogeneização social promovida pela reforma agrária; depois, planos de desenvolvimento, crédito indutor de investimentos, busca de autonomia tecnológica num processo que culmina com a consolidação de economias industriais exportadoras. Para Furtado, “[...] cabe reconhecer que a Coréia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda per capita desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos.” (FURTADO, 1992, p. 51).

A partir desses exemplos, Furtado conclui que a homogeneização social é condição necessária à superação do desenvolvimento; porém, também é preciso haver a construção de um sistema produtivo eficaz com relativa autonomia tecnológica (que pressupõe descentralização de decisões, orientação do Estado e exposição à concorrência internacional). No entanto, cabe ressaltar que a homogeneização social deve preceder qualquer transformação no sentido do aumento da produtividade a fim de evitar que a modernização de certos grupos dentro da sociedade induza um processo de industrialização que perenize a heterogeneidade social.

Ora, a questão que permanece é a de saber como superar o subdesenvolvimento naquelas sociedades em que a modernização já instalou a armadilha do subdesenvolvimento. Essa é a dúvida colocada por Furtado em relação ao Brasil:

A ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas da população permaneciam destituídas do mínimo de equipamento pessoal com que se valorizar nos mercados. Como modificar o mecanismo que conduz a essa perversa distribuição de ativos, ao nível das coisas e das habilitações pessoais, é a grande interrogação. Não cabe dúvida que aí reside o fator decisivo na determinação da distribuição primária da renda. E das forças de mercado não se pode esperar senão que assegurem a reprodução dessa situação, e mesmo alimentem a tendência à sua agravação. (FURTADO, 1992, p. 54).

Eis, portanto, a questão: como escapar da armadilha do subdesenvolvimento?

## 5 EM BUSCA DE UM NOVO MODELO?

Além de ser um intelectual que analisa com rigor a realidade dos países subdesenvolvidos, Furtado exerceu, durante muito tempo, funções públicas nas quais formulava propostas de ação. Desse modo, suas análises não se limitam a um mero exercício intelectual; há sempre um esforço no sentido de indicar caminhos de intervenção na realidade que possam resultar em avanços importantes. A Primeira Parte de *Um projeto para o Brasil*, de 1968, é o melhor exemplo dessa articulação da análise da realidade – no caso, a brasileira – com propostas de intervenção sobre essa realidade.<sup>14</sup> No entanto, com o passar do tempo e a ampliação dos problemas brasileiros, a formulação de propostas concretas se tornou mais difícil e complexa.

Em *Brasil, a construção interrompida*, mais do que propostas, apresenta “sugestões aos novos pesquisadores”, admitindo que somente o conhecimento consistente da realidade social poderia ser a base de um projeto político que rompesse com a lógica perversa do

---

<sup>14</sup> Trata-se do texto de duas exposições feitas por Celso Furtado na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados nos dias 18 e 19 de junho de 1968. Apesar de ter seus direitos políticos cassados pelo regime militar e estar afastado da esfera pública, Furtado ainda refletia sobre os problemas nacionais e apresentava propostas de políticas de desenvolvimento para o país. É igualmente importante notar que, apesar de cassado, ele foi convidado a fazer uma exposição na Câmara dos Deputados, o que indicava a manutenção de seu prestígio, apesar das condições políticas que lhe eram adversas.

subdesenvolvimento. Tais sugestões têm mais o caráter de pistas para investigação do que propostas específicas de intervenção na realidade.

Em um de seus livros mais recentes, *Em busca de um novo modelo*, de 2002, Furtado vai um pouco além: após insistir na impossibilidade de superação do subdesenvolvimento pelo livre jogo das forças de mercado, procura indicar os requisitos para a busca de caminhos para enfrentar a crise que se arrasta há anos (ou décadas).

Em primeiro lugar, cumpre deixar de lado “posições doutrinárias fundadas num reducionismo econômico” que impedem o diagnóstico adequado das raízes de nosso subdesenvolvimento. Para tanto, retoma o essencial de suas análises anteriores, como no trecho abaixo:

Portanto, a crise que aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Não sendo possível evitar que se difundam, de uma ou de outra forma, certos padrões de comportamento das minorias de altas rendas, surgiu no país a contrafacção de uma sociedade de massas em que coexistem formas sofisticadas de consumo supérfluo e carências sociais no mesmo estrato social, e até na mesma família. (FURTADO, 2002, p. 35-36).

Esse resultado, fruto do processo de modernização e acentuado pela presença crescente de multinacionais, só pode ser revertido por meio de uma política de desenvolvimento que explicita os fins substantivos a serem alcançados. Evidentemente, a reprodução de políticas que pretendam simplesmente acelerar o crescimento de uma economia fundada nas bases existentes, será incapaz de promover as mudanças necessárias para se caminhar rumo à homogeneização social.

O caminho para a definição dessa política de desenvolvimento passa não só pela economia, mas também pela esfera cultural: “A superação do impasse com que nos defrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.” (FURTADO, 2002, p. 36).

A cultura importa sob, pelo menos, duas perspectivas: primeiro, no sentido de deixarmos de ser consumidores de bens culturais e materiais

concebidos por outros povos e que nos são impostos pelas técnicas mercadológicas das grandes empresas, com as implicações já expostas anteriormente; em segundo lugar, no sentido de estimular a atividade criativa própria de nossa cultura, não somente nos termos usualmente entendidos como culturais (ou artísticos), mas principalmente enquanto fonte de produção de técnicas próprias e eficazes para as condições de nossa sociedade. Certamente, essa tarefa pode parecer gigantesca, em especial na era da globalização que tende a unificar tudo, o que, na visão de Furtado, é a condenação da periferia ao eterno subdesenvolvimento. Por isso mesmo, a tarefa de buscar novas alternativas em nossas raízes culturais emerge como uma necessidade:

Em uma época em que os que detêm o poder estão seduzidos pela mais estreita lógica ditada por interesses de grupos privilegiados, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura pode parecer simples fuga na utopia. Ora, o utópico muitas vezes é fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto a uma sociedade. A ação de vanguarda requerida constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos trabalhadores intelectuais nas épocas de crise. Cabe a estes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão. (FURTADO, 2002, p. 36-37).

Esta é a proposta de Furtado, sem dúvida muito mais abrangente e complexa do que sugere o debate sobre política econômica nos dias atuais, limitado a taxas de juros, taxas de câmbio, superávit primário, etc. Uma proposta que enfrentará grande resistência já que muitos se recusam até a admitir nosso subdesenvolvimento; mas uma proposta que, diante da crise persistente, surgirá como uma alternativa de reflexão para enfrentar as misérias de nossa sociedade. E, sobretudo, uma proposta consistente com o que caracterizou toda a obra de Furtado: buscar compreender a realidade brasileira de forma própria e original (e não pela simples reprodução dos modelos dominantes nas Ciências Sociais) e, ao mesmo tempo, formular proposições plausíveis para orientar políticas de desenvolvimento, por maiores que sejam as restrições à sua eficácia.

**REFERÊNCIAS**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Em busca de um novo modelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LESSA, Carlos. Apresentação. In: MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ROSTOW, Walt W. *Stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.